

**FORMAÇÃO DOCENTE E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O PROGRAMA “QUEM AMA A BRAÇA” NA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ/SP.**  
*TEACHER TRAINING AND THE FIGHTING OF DOMESTIC VIOLENCE: THE PROGRAM “QUEM AMA ABRAÇA” IN THE MUNICIPAL NETWORK OF SANTO ANDRE/SP*

Marta Regina Paulo da SILVA<sup>1</sup>  
Magali da FONSECA<sup>2</sup>  
Reny Scifoni SCHIFINO<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta a experiência do município de Santo André/SP com a formação de professoras(es) para as questões de gênero como parte da estratégia de enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio. Parte do pressuposto de que o fenômeno da violência doméstica é resultado de um longo processo histórico marcado pelo patriarcado. O trabalho foi desenvolvido pela Secretaria de Políticas para Mulheres de Santo André em parceria com a Secretaria de Educação, através da adesão à campanha *Quem Ama Abraça, fazendo escola*. Dentre as ações, foi realizado curso de extensão universitária com estágio em vários equipamentos de atendimento à mulher vítima de violência. O referencial teórico contou com os estudos feministas e de gênero. Os resultados demonstram que, no período de realização da campanha, o Centro de Referência da Mulher de Santo André registrou aumento no número de atendimentos às mulheres que procuravam orientações para sair do ciclo da violência e/ou solicitavam abrigo e medidas protetivas. Nas escolas observaram-se discussões mais sistemáticas sobre a temática, nas quais os estereótipos de gênero e as práticas sexistas foram problematizadas. Conclui que é urgente criar, nas escolas, espaços de reflexão como forma de enfrentamento dessa violência que machuca e deixa marcas em crianças, jovens e adultas(os).

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação docente. Feminicídio. Relações de gênero.

## INTRODUÇÃO

A promoção da igualdade de gênero tem sido uma das conquistas mais árduas ao longo da história, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Nesse cenário, os movimentos feministas têm desempenhado papel fundamental no que diz respeito à luta e à garantia de direitos. Direitos que são constantemente ameaçados por grupos conservadores que, ao defenderem o patriarcado, disseminam o machismo, a homofobia e a intolerância à categoria de gênero e, ao fazê-lo, colocam em risco os direitos de cidadania.

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UNICAMP). Professora na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). E-mail: martarps@uol.com.br.

<sup>2</sup> Mestranda na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Mestrado Profissional. Linha “Formação Docente”. E-mail: meg\_05fonseca@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Educação (UNICAMP). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Santo André/SP. E-mail: renyss@uol.com.br.

No caso do Brasil, fruto da luta sobretudo das mulheres é criada em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com status de Ministério para promover a equidade de gênero e combater toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Apesar de enfrentar forte resistência de bancadas conservadoras no Congresso Nacional, esta secretaria conseguiu viabilizar uma série de ações, dentre elas: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Contudo, em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a SPM foi extinta e incorporada ao Ministério da Justiça. Tal retrocesso representou uma derrota na luta pela promoção da igualdade de gênero cujo desdobramento incidiu no fechamento de Secretarias das Mulheres em vários municípios brasileiros, entre eles o de Santo André.

Somam-se a este cenário proposições como o Projeto Escola Sem Partido que, com o discurso da defesa da família, protegendo-a de educadores(as) que “doutrinam” seus filhos(as), intenta formar estudantes que não problematizem as desigualdades sociais, sejam elas de classe, raça, gênero, geração etc., bem como não compreendam os preceitos antidemocráticos que vêm se colocando em nosso país.

Todo este panorama vai na contramão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta, divulgada em 2015 pela ONU, que tem como um de seus objetivos: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, o que, no caso brasileiro, parece não ser, neste momento, uma preocupação governamental.

Este cenário, coloca a todos e todas nós, em especial aos educadores e às educadoras, o desafio da luta permanente em defesa da justiça social e, nela, a luta pela promoção da igualdade de gênero. É nesta perspectiva que apresentamos, nos limites deste artigo, a experiência do município de Santo André no enfrentamento das questões de gênero e da violência contra a mulher. Experiência ocorrida no período de 2014 a 2016, quando da extinção da Secretaria da Mulher no município. Acreditamos que, reconhecer a importância de tal experiência, encerrada há três anos, faz-se necessária neste momento histórico, não apenas como forma de registrar uma ação na luta contra o preconceito e contra a discriminação, mas sobretudo na perspectiva de pensarmos e (re)inventarmos novas formas de enfrentamento das desigualdades sociais e, nesse processo, o compromisso da educação nesta luta.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E EDUCAÇÃO**

Em 1990 a participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, tornou-se um importante marco educacional à medida que o princípio ético da equidade orientou as discussões sobre a qualidade da educação brasileira, contribuindo para o consenso acerca da necessidade de ampliação das oportunidades de aprendizagem para as crianças, jovens e adultos(as). Nesse sentido, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades

básicas de aprendizagem (UNESCO, 1998) chamou a atenção para a desigualdade no acesso à educação, pois, dos 100 milhões de crianças sem direito ao ensino básico, 60 milhões eram meninas.

A temática sobre as relações de gênero na educação brasileira fez-se presente no documento Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicado em 1997, por meio do tema transversal *Pluralidade cultural e orientação sexual*. No entanto, faz-se necessário pontuar que, no que diz respeito à orientação sexual, a ênfase estava no estudo das transformações biológicas de meninas e meninos, cuja preocupação era de orientá-las(os) para uma fase de grandes mudanças, a puberdade. A preocupação centrava-se no aumento do número de gravidez indesejada entre as adolescentes e o risco de contaminação da AIDS entre os/as jovens, além de mudanças nos padrões de comportamento sexual.;

Embora os PCNs trouxessem como um de seus objetivos “[...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano” (BRASIL, 1997, p. 91), verifica-se o caráter informativo que é atribuído ao trabalho com orientação sexual, bem como, indicativos normalizadores da sexualidade. Dessa forma, apesar de, em algumas partes do texto ser mencionada a dimensão social e cultural que marca a construção da sexualidade e as relações de gênero, prevalece o discurso biológico sobre o corpo. “Em outras palavras, a sexualidade e o sujeito são pensados como essências sob as quais há um investimento da cultura” (ALTMANN, 2001, p. 581).

As questões relativas a gênero e sexualidade foram alvo de embates na construção da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que até a sua segunda versão em 2016, defendia que:

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito:  
- ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer. (BRASIL, 2016, p. 33)

Em abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização da Base Nacional Curricular de Educação (BNCC), que define as competências e os objetivos de aprendizagem das(os) estudantes a cada etapa da vida escolar, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Ensino Médio, encaminhando a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Nesta versão, o MEC, pressionado por grupos fundamentalistas, retirou do texto final os termos *orientação sexual e gênero*.

Esta supressão foi avaliada por muitos(as) especialistas, pesquisadoras(es) e feministas, como um retrocesso na luta pela promoção da igualdade de gênero uma vez que o currículo escolar não é tão somente espaço de transmissão de conhecimentos,

mas um campo de relações de poder em que estão envolvidas as relações de gênero, sexualidade, raça, etnia e classe social, de modo a constituir as identidades. “No currículo forja-se a nossa identidade. [...] O currículo é documento de identidade” (SILVA, 2000, p. 155). Sendo assim, não se pode negligenciar, na construção do currículo, as relações entre conhecimento, poder e relações de gênero, já que dizem respeito à formação humana.

O desafio que se coloca, portanto, é de como garantir esta articulação frente a um documento curricular nacional que omite tais questões. É aqui, as instituições poderão se pautar na própria BNCC quando esta afirma ser um documento norteador para a criação do currículo, mas que cabe a cada escola construir o seu, considerando seus contextos socioeconômicos, históricos e culturais. A pergunta que se coloca é se as instituições incluirão em seus currículos essa temática de modo a orientar as práticas em seu cotidiano.

A inclusão das discussões sobre as relações de gênero e sexualidade nas escolas se fazem necessárias, na perspectiva de desconstruir os estereótipos acerca dos papéis sociais entre mulheres e homens, que se construiu ao longo da história, sendo esta uma das formas de combatermos não só a homofobia, mas também a desigualdade de gênero, e assim evitar a morte de mulheres que, de forma violenta, é cada vez mais frequente em nosso país.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 70% das mulheres em todo o mundo já sofreram ou irão sofrer algum tipo de violência ao longo de suas vidas. No caso dos homicídios de mulheres, 1/3 são cometidos por seus companheiros, enquanto, 5% dos assassinatos de homens são cometidos por suas parceiras. No Brasil, o panorama de feminicídio é grave, a cada dia 13 mulheres são assassinadas, o que coloca o país no 5º lugar do índice de feminicídio mundial. O mapa da violência de 2018 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), instituto responsável pelo levantamento estatístico sobre violência, traz índices significativos sobre os homicídios de mulheres. Em 2016 “registrou 4.645 mulheres assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras” (BRASIL, 2018, p. 44). Se as leis e políticas públicas ainda não são suficientes para impedir que vidas de mulheres sejam tiradas de forma tão brutal, o enfrentamento a essa e outras formas de violência de gênero é uma ação necessária. O IPEA traz algumas considerações sobre as estimativas de feminicídios com base em dados da saúde:

A mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência. (BRASIL, 2018, p. 46)

A prática do feminicídio é antiga, visto que, mulheres morrem de forma trágica todos os dias no Brasil: são espancadas, estranguladas, agredidas brutalmente até o

momento em que perdem a vida. Contudo, a palavra feminicídio somente passou a ser usada para designar um crime no Brasil a partir de 2015, trazendo nela uma particularidade ao definir o homicídio de mulheres como crime hediondo, quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar.

A Lei nº 13.104/2015, alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A Lei foi criada com base em uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre violência contra a mulher e define o feminicídio como sendo “o assassinato de uma mulher cometido por razão da condição de sexo feminino” e a pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie. (BRASIL, 2015)

Segundo a Lei nº 13.104/2015, a tipificação do feminicídio como crime de gênero faz-se necessária por estar diretamente ligada à violência contra a mulher e por ser um crime passível de ser evitado. A pena do feminicídio pode ser aumentada em 1/3 nas seguintes circunstâncias: durante a gestação, nos três primeiros meses posteriores ao parto, contra menor de 14 anos ou maior de 60 anos de idade, contra mulher com deficiência, na presença de ascendentes ou descendentes que podem ser os pais, avós, filhos e netos (BRASIL, 2015). Importante pontuar que, até a vítima chegar à morte, a mulher sofre outras formas de violência, como também é especificada na Lei no. 11.340/2006, Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006): a violência doméstica e de gênero, a violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, num crescente de ações que fazem parte do ciclo da violência.

Anos depois de ter entrado em vigor, a Lei Maria da Penha, lei que combate a violência doméstica, demonstra um avanço significativo no que se refere à visibilidade da violência, uma vez que as denúncias aumentaram. Segundo dados da pesquisa “Violência e Assassinatos de Mulheres”, realizada em 2013, pelo Data Popular em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, apenas “2% dos(as) brasileiros(as) nunca ouviram falar desta lei e houve um aumento de 86% de denúncias de violência familiar e doméstica após sua criação” (DATA POPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013). De acordo com a pesquisa “Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha” (BRASIL, 2015), a lei fez diminuir cerca de 10% a taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro de suas residências, “a diminuição da taxa implica dizer que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de

violência doméstica no País”, por isso a importância de ser divulgada amplamente e estudada nas escolas pelas/os jovens.

A violência contra a mulher é resultado da naturalização do patriarcado em nossa sociedade. Concordamos com Matos e Paradisi (2014, p. 68), que o patriarcado, “[...] entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo, também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem”. Problematizar tal naturalização, desvelando as relações de poder que subjuga e oprimem as mulheres é urgente. Nesse sentido, a escola tem papel fundamental na promoção da igualdade de gênero.

Gênero é compreendido neste trabalho como [...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), portanto, é a construção social que cada sociedade, em determinado contexto histórico, estabelece em relação a homens e mulheres. Tal compreensão rompe com uma perspectiva biologizante que procura justificar as desigualdades entre homens e mulheres.

O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza biológica como sendo a única responsável pela diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, à medida que não são oferecidas as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania à homens e mulheres, cabendo à estas as tarefas domésticas e aos homens a vida pública. Mesmo com os avanços que as mulheres conquistaram nas últimas décadas no mercado de trabalho, nos estudos acadêmicos, na emancipação sexual por meio dos anticoncepcionais, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero, daí a necessidade de ser problematizado também nos espaços educacionais.

Outro fato que merece muita atenção por parte das(os) educadoras(es): a violência doméstica, associada ao gênero, pois se constitui em atentado contra a dignidade e a integridade física das mulheres. Estar atento a isso é uma forma de ajudar as/os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, compreendendo o(a) outro(a) e aprendendo com isso a serem pessoas mais abertas e respeitadas. Todas estas questões já estavam em pauta na década de 1990 e foram levadas às escolas, porém poucas chegaram às salas de aula, por despreparo das(os) professoras(es) causado por lacunas do tema na sua formação docente, por negligência dos órgãos públicos, e pela forte influência das igrejas.

Nossa sociedade, pautada em concepções machistas e com grande herança histórica no patriarcado, naturalizou o sistema de dominação entre homens e mulheres e acredita que as desigualdades de gênero são normais, ou seja, que a organização social desigual dos sexos é algo óbvio e imutável. A diversidade humana existe e devemos conviver com ela, respeitando as diferenças, sendo que essas são naturais, ao passo que

as desigualdades sociais, além de injustas, são construções culturais e históricas, sendo assim passíveis de mudanças.

### **QUEM AMA BRAÇA: FAZENDO ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ**

A prefeitura do município de Santo André, na região metropolitana do estado de São Paulo, cria, em 2014, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), uma reivindicação do Movimento de Mulheres, visando à promoção da igualdade, através de ações que garantissem a autonomia e os direitos de cidadania das mulheres, considerando gênero, classe, raça, etnia, geração, deficiência, identidade de gênero e diversidade.

Após a publicação do livro “Mulheres de Santo André em Pauta – Perfil Socioeconômico e o Mapa da Violência” (SANTO ANDRÉ, 2015), que mapeou a violência na cidade e confirmou dados expressivos e alarmantes, a SPM articulou-se em várias ações em rede de enfrentamento à violência contra as mulheres: desenvolveu políticas públicas e deu suporte a programas e projetos de gênero, em parceria com as demais Secretarias Municipais, Governo Federal, Estadual, Legislativo e Judiciário, além do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para políticas regionais; manteve parcerias com escolas de Ensino Superior do município: Faculdade de Medicina do ABC (FMABC) e Universidade Federal ABC (UFABC); movimentos de mulheres; entidade e instituições da sociedade e demais organizações não governamentais.

Dentre estas ações, com o objetivo de desenvolver um trabalho específico em parceria com a área de educação no enfrentamento das questões de violência doméstica, a SPM de Santo André aderiu à Campanha “Quem Ama Abraça, fazendo escola”, criada pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) e pelo Instituto Magna Mater, instituições voltadas para a promoção da igualdade de gênero, raças e etnias, bem como para o desenvolvimento sustentável, em parceria com o Instituto Avon, uma empresa privada com programas sociais relacionados à mulher.

Campanha tem caráter educativo e preventivo promovendo a inserção da mulher na sociedade, no combate a violência doméstica e ao que se cristalizou socialmente nas mentes das pessoas há séculos: a mulher como ser inferior ao homem na hierarquia social, visando o fortalecimento do espaço escolar como campo privilegiado para a reflexão e a superação das diferentes formas de violência contra a mulher – simbólicas ou explícitas – presentes no cotidiano das crianças e jovens. As mulheres são hoje importantes protagonistas na construção e no desenvolvimento ativo da nova ordem social, por isso o valor e a importância da campanha. (REDHE, 2011)

O município de Santo André aderiu à campanha depois de analisar o material, disponível à época pelo site ([www.quemamaabraça.org.br](http://www.quemamaabraça.org.br)). Este era composto por: três clipes da música da campanha, cuja letra foi o disparador na Rede Municipal de Educação; um livro para as(os) educadoras(es), com orientação de várias atividades a

serem desenvolvidas em sala de aula; e um gibi, com linguagem acessível para abordar o tema, com as meninas e os meninos, sobre a violência doméstica, contento assuntos para debates e jogos. Este material foi entregue em todas as unidades escolares da Rede Pública do Município de Santo André, desde a creche até à Educação de Jovens e Adultos (EJA); cerca de 36 mil gibis foram encaminhados para as(os) estudantes. Com o gibi em sala de aula, as educadoras e os educadores puderam iniciar o trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres, promovendo debates com e entre as(os) estudantes.

A escola é um espaço privilegiado onde se constrói a parceria e a confiança com as mães e demais membros das famílias, e, neste âmbito, com as mulheres que terminam por denunciar que estão sofrendo algum tipo de violência: psicológica, sexual, moral, patrimonial ou física, o que torna este um local importante no enfrentamento da violência, visto que esta não maltrata só as mulheres, mas também as crianças que são expostas às situações de violência, o que as prejudica em seus desenvolvimentos escolar e emocional. No espaço escolar, com as famílias e comunidade, tornam-se favoráveis as discussões sobre a violência doméstica e os possíveis caminhos para que estas mulheres possam superar e se fortalecer a fim de sair do ciclo da violência, afinal, uma rede de proteção fortalecida e muito bem estruturada faz-se necessária para poder orientar estas mulheres a não desistirem diante dos primeiros obstáculos e/ou dificuldades.

Reconhecendo a importância deste espaço, antes da chegada dos gibis nas escolas, a SPM em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, avaliou a necessidade de promover uma formação em gênero para as educadoras e os educadores da Rede Municipal, de modo a capacitá-las(os) sobre a existência e o funcionamento de uma rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, o intuito era de torná-las(os) multiplicadoras(es) da campanha “Quem Ama Abraça”. O curso, com caráter de extensão universitária, teve parceria com a Fundação de Medicina do ABC; a carga horária era de 50 horas com encontros semanais de 4 horas; ao final as(os) participantes realizaram estágios supervisionados em diferentes equipamentos que atendem mulheres na cidade. O resultado foi positivo, com a participação efetiva de professoras(es), gestoras(es) e auxiliares de educação infantil (ADIs), num total de 1.400 profissionais de diversos setores da educação (CONCHÃO, 2016).

Para Conchão (2016, p.176), o “Quem Ama Abraça, fazendo escola” em Santo André teve como objetivo o “[...] fortalecimento do espaço escolar como campo privilegiado para a reflexão e a superação das diferentes formas de violência contra a mulher – simbólica ou explícita – presente no cotidiano das crianças, jovens e adultos”. Para alcançar este objetivo, foram traçadas algumas estratégias trabalhadas no curso de formação em gênero:

Formação de multiplicadoras(es) da campanha do QAA em toda a rede de ensino; Estimulação, da unidade escolar e de outros espaços de educação, na coordenação e execução de uma ação articulada entre os diversos canais sociais, públicos ou

não, para a soma de práticas concretas de prevenção e enfrentamento da questão; Disseminação de valores equitativos de gênero através da atuação pedagógica; Instrumentalização das(os) profissionais que atuam com as crianças, jovens e adultos para o exercício da cidadania; Estimulação da capacidade de reflexão crítica sobre as relações sociais de gênero e a influência do meio ambiente, considerando os sistemas de valores socioculturais da nossa sociedade; Desconstrução dos estereótipos de gênero nos espaços educacionais. (CONCHÃO, 2016, p. 176)

A metodologia na formação em gênero foi construída com a utilização dos vídeos da campanha, estudos dirigidos, debates, palestras, discussões em grupo, contato permanente sobre o tema nas redes sociais e estágio supervisionado em serviços de atendimento à mulher no município. O conteúdo do curso foi estruturado com os seguintes temas:

Apresentação da campanha “Quem Ama Abraça, fazendo escola”; Estereótipos de gênero nas escolas; Gênero, sexualidade, diversidade e ambiente escolar; Tecendo Redes; Lei Maria da Penha; Outros aliados na luta contra a violência doméstica: os estatutos; A cor da Violência; Cine debate: Filme Pão e Tulipas; Estágio: Organização e apresentação; Memória do estágio e apresentação das Testemunhas Silenciosas; Avaliando o curso e planejando a formatura; Oficina de Arte Educação Quem Ama Abraça: Confecção das camisetas para o dia da formatura; Formatura e lançamento oficial da Campanha. (CONCHÃO, 2016, p. 177)

Conchão (2016) relata que, a experiência dos estágios proporcionou ao grupo o conhecimento de toda a rede de proteção em torno do combate à violência contra a mulher da cidade. Foram feitas visitas e entrevistas no Instituto Médico Legal (IML), na Defensoria Pública do Estado, no Fórum de Justiça, no Hospital da Mulher, nas Casas Abrigos Regionalizadas do ABC, no Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência doméstica Vem Maria, na Delegacia de Defesa da Mulher e também nas delegacias comuns, nos Pronto-Atendimento da Saúde, no Ambulatório Referência para Moléstias Infecciosas (ARMI), nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e nos Conselhos Tutelares. O estágio possibilitou que as(os) educadoras(es) saíssem do espaço escolar para investigar e aprender mais, conhecer as redes e os serviços de Santo André que atendem às mulheres em situação de violência doméstica, reconhecer esta situação e apoderar-se dela.

Para o desenvolvimento dos estágios foram traçados os seguintes objetivos:

Fortalecer o vínculo da educação com os outros serviços da rede de proteção para potencializar os encaminhamentos que são feitos diretamente nas escolas; Conhecer e compartilhar as potencialidades e fragilidades da rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica e sexual em Santo André; Divulgar a campanha do “Quem Ama Abraça, fazendo escola” nos lugares de atendimento à mulher. (CONCHÃO, 2016, p. 178)

Durante os estágios, os grupos observaram que as ideias e atitudes machistas, de julgamento moral e de vitimização das mulheres, apareciam constantemente, evidenciando que as questões sobre a violência da mulher são um desafio social, político e cultural a ser enfrentado. É o caso, por exemplo, do estágio realizado em um Pronto Atendimento (PA), em que, segundo a profissional, que atendeu as estagiárias, o PA faz os primeiros atendimentos, onde a vítima é medicada com o coquetel para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e é fornecida a medicação para dar continuidade ao tratamento, após é orientada a procurar a polícia para fazer o Boletim de Ocorrência. Ela explica que não existe psicólogos(os) e ou Assistente Social para conversar com as mulheres que chegam machucadas por terem sofrido violência doméstica, o atendimento é clínico e ambulatorial. Por desconhecer a rede de atendimento, afirma que esta rede não funciona. Os casos não são registrados e não possuem um banco de dados sobre as mulheres que passam no PA, não identificando reincidências. Já na delegacia comum, o delegado atendeu apenas uma representante do grupo de estagiárias, recusando-se a atender as cinco mulheres participantes do grupo. Em pé atendeu a representante e foi respondendo rapidamente as perguntas. Segundo ele, é esclarecido à vítima de que ela não é obrigada a registrar queixa, mas é orientada de como proceder caso opte pelo registro, sendo informada de que uma vez feito, este não pode ser retirado. Essa fala deixa transparecer uma atitude de desencorajamento do registro e representação do boletim de ocorrência. O delegado relata que a delegacia comum faz atendimento às mulheres nos dias e horários que a Delegacia da Mulher não atende e que os desfechos não são compartilhados.

O “Quem Ama Abraça, fazendo escola” deu visibilidade às ações de políticas públicas realizadas pela SPM. Neste período, um trabalho sistemático e contínuo iniciou seu processo nas escolas, expandiu-se e foi para outras Secretarias e para outros espaços, como a Secretaria da Saúde; Secretaria de Segurança Pública; Central de Abastecimento Alimentar; e o Festival de Inverno em Paranapiacaba, onde ocorreu um trabalho em parceria com alunas e alunos da FMABC por meio da Comissão de Extensão Universitária (COMEX), projeto que envolveu questões de gênero, saúde e meio ambiente, e em que foi montada uma “casa reflexiva” sobre os caminhos de enfrentamento da violência doméstica, possibilitando a visitação nos finais de semana de um público diversificado em ideias, idades, gêneros e concepções.

Durante todo o trabalho houve também várias resistências, por parte de professoras e professores com concepções machistas, manifestações de igrejas contra escolas que estavam realizando discussões sobre a campanha e temas voltados para a igualdade de gênero, resistência de profissionais e políticos que se pautam em valores morais e religiosos e insistem no trabalho sexista dentro e fora das escolas. Soma-se a isso, o fato de não ter sido incluído os termos gênero e diversidade sexual no Plano Municipal de Educação de 2014.

Neste trabalho, houve a participação efetiva de duas autoras deste artigo como formadoras, atuando na distribuição dialogada dos folders da campanha “Quem Ama

Abraça, fazendo escola” entregue a todas as alunas e alunos da Rede Municipal de Educação, e, em várias escolas na realização de rodas de conversa sobre a temática da “Violência Doméstica”, com o objetivo de proporcionar às professoras e professores uma reflexão sobre o tema e como a escola poderia contribuir no enfrentamento à violência, de modo a evitar que mulheres sejam espancadas, violentadas e até mortas pelos seus companheiros. Nestes encontros, as(os) docentes relatavam as ações realizadas pelas escolas com as alunas e os alunos e em parcerias com as famílias, envolvendo o tema da Campanha, tendo como disparador os clips e a letra da música.

Para ilustrar o envolvimento da Rede Municipal de Educação, podemos citar alguns depoimentos de educadoras sobre as atividades desenvolvidas na campanha “Quem Ama Abraça, fazendo escola”.

Após a leitura da revista (GIBI) “Quem Ama Abraça”, abrimos uma roda de conversa em sala de aula para saber o que os alunos achavam do assunto. Muitos alunos fizeram relatos que jamais puderam vivenciar. Disseram que: “O pai batia na mãe várias vezes”. “Minha mãe brigou com meu pai, meu pai bateu na minha mãe, eu vi tudo, depois saíram na rua e ele bateu nela, ela caiu na calçada”. “Minha mãe deu com a frigideira na cabeça do meu pai, ele bateu nela e enforcou, ela desmaiou, meu tio levou ela pro hospital e eu vi tudo”. “Meu pai jogou minha mãe e ela bateu as costas no guarda-roupa”. Perguntei como é que as coisas ficavam depois e disseram: “Eles fazem as pazes e fica tudo bem”. Questionei o que eles sentiam ao verem brigas com toda essa violência e disseram: “O coração bate forte, acelera parece que vai sair pela boca”. Diante dos relatos, conversamos um pouco sobre essa violência e o que fazer, disseram direitinho o número do telefone que devem fazer a denúncia, 180, alguns falaram que quando começa a briga dentro de casa, correm para casa da vizinha e pedem para chamar a polícia. Os alunos do 1º ano B pediram para fazer cartazes para colar nos corredores da escola. Assim divulgamos essa ação!”. (Professora da Rede Municipal de Santo André)

Em uma EMEIEF que atende crianças do Fundamental I, na época das Festas Juninas as professoras começaram a escolher as músicas as danças, os passos e uma das turmas a professora falou que as meninas iriam dançar com a vassoura e os meninos com a enxada. Durante uma Reunião Pedagógica Semanal (RPS), a Assistente Pedagógica que fazia a formação do QAA, conversou com a professora sobre as questões dos estereótipos de gênero e que reproduzimos e não percebemos. A professora compreendeu a questão e avaliou “Nossa, tem razão, mulher também pega na enxada e homens na vassoura, eu não tinha pensado nisso”, então mudou a proposta e todos dançaram com a enxada. (Assistente Pedagógica da Rede Municipal de Santo André)

No mês de maio de 2016, houve uma roda de conversa com os alunos do 5.º ano B de uma EMEIEF, sobre o Projeto “Quem Ama Abraça”, com o propósito de levá-los a refletir que a violência contra a mulher não é simplesmente uma discussão de casal, vai além, trata-se de uma violação dos direitos humanos. Lemos a revista, ouvimos a música e conversamos muito sobre o projeto. Em meio a tantos casos que foram citados a vizinha, a tia, irmã já foram vítimas de violência doméstica, no entanto teve um relato que foi curioso, é que a genitora agride o parceiro. Expliquei

que violência gera violência e que o melhor caminho é o respeito e o diálogo. As crianças ficaram bem sensibilizadas com os relatos, gostaram bastante da música e da revista. (Professora da Rede Municipal de Santo André)

A campanha repercutiu no município todo, e no período de 2015 a 2016, as autoras foram chamadas para apresentar a proposta da campanha em Reuniões Pedagógicas com as educadoras e educadores nas escolas da Rede Municipal, em reunião com alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com funcionários(as) da Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA) com funcionários(as) do Hospital Municipal e com os(as) Monitores(as) de Informática da área da educação. Em todos os grupos em que se apresentou a proposta da desconstrução do machismo como uma das formas para o enfrentamento da violência doméstica, houve depoimentos fortes e corajosos de mulheres que já tinham passado por anos de convivência com a violência e que somente com o apoio de alguém foi possível se fortalecer para sair desta situação. Algumas relataram que já tinham passado pelo Vem Maria, Centro de Referência da Mulher, e ao se fortalecerem, se empoderarem, é que conseguiram sair do ciclo da violência e encontraram formas para reconstruir suas vidas.

Um depoimento que marcou bastante, foi de uma moça jovem, 25 anos, que estudava na EJA do Parque Andreense, uma região bem afastada do Centro da Cidade, que só podia sair de casa na companhia do marido, inclusive para ir ao supermercado. Para ir às aulas, que eram no período noturno, ele a levava em sua moto e ia buscá-la; mesmo assim ficava “implicando” por ela querer estudar. Ela já tinha três filhos e sua vida era vigiada o tempo todo, um verdadeiro cárcere privado. Uma das formadoras passou o número de seu celular e pediu que ligasse, que ela a levaria pessoalmente ao Vem Maria. A jovem revelou muito medo e disse que iria pensar, porém nunca ligou. Esta situação foi relatada na SPM, onde se avaliou os limites de atuação da rede de enfrentamento da violência doméstica e proteção da mulher, que muitas vezes não consegue chegar até elas e elas não conseguem chegar até esta rede.

Apesar destes limites, nos anos de 2014 a 2016 o Vem Maria registrou um aumento dos casos novos atendidos resultado do empenho e do trabalho com a campanha QAA, conforme quadro abaixo:

<b>Casos</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Janeiro a abril de 2016</b>
<b>Novos</b>	196	239	76
<b>Retorno</b>	851	1050	460
<b>TOTAL</b>	1.047	1.289	536

Verifica-se que, o enfrentamento à violência doméstica, fortalecendo a rede de proteção e tendo a educação como participante ativa na perspectiva da descon-

trução do patriarcado e do machismo, são ações que certamente contribuirão para a promoção da igualdade de gênero numa perspectiva de direitos iguais para mulheres e homens, com o objetivo de uma sociedade mais justa para todas e todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha “Quem Ama Abraça, fazendo escola” chega à Rede Municipal de Educação com o objetivo de instigar e fortalecer as escolas na reflexão e superação das formas de violência contra a mulher, presentes no cotidiano das crianças, jovens e adultas(os), mas também com o propósito de divulgação da rede de atendimento oferecido pelo município às mulheres. Esta rede tem o papel de atender às mulheres que sofrem violência doméstica, com orientação judicial, apoio psicológico, educacional, econômico e social, visando a autonomia e autoestima, com o intuito que esta possa se empoderar e, assim, conseguir sair do ciclo da violência.

A educação, seja formal ou não, é um lugar para reflexão sobre as desigualdades entre mulheres e homens, visto que esta desigualdade é construída a partir de uma educação sexista reproduzida nas escolas, nos meios de comunicação, nas igrejas, nas ruas, na prestação de serviços, etc., o que prejudica a sociedade como um todo. Os comportamentos e atitudes ditos “adequados” para meninos e meninas, homens e mulheres são determinados pela sociedade, e, na maioria das vezes, reproduzidos nas escolas; e assim se constrói dois mundos: um feminino e um masculino, o que resulta em uma disputa desigual de poder e, conseqüentemente, dá origem à violência contra a mulher.

Esta violência, que se perpetua devido à naturalização da opressão do homem sobre a mulher, condição histórica e cultural, é mantida socialmente, persiste em nossas vidas e se manifesta de maneira bruta, desigual e, por vezes, em brincadeiras que também agredem. No Brasil, os índices de violência de gênero e crimes homofóbicos aumentam a cada dia, por isso abordar a discussão destes temas também nas instituições educacionais faz-se urgente, como forma de enfrentamento às desigualdades e à violência que existe em nossa cidade e em nosso país.

A campanha “Quem ama abraça, fazendo escola” provocou na Rede Municipal de Educação, e em outras secretarias, grandes avanços sobre as questões de violência contra a mulher. Todo esse processo levou a discussões significativas sobre as relações de gênero e práticas sexistas que envolve o convívio social das nossas crianças. Reafirmou o importante papel da escola nesta luta, pois, através de suas ações pedagógicas, instrumentaliza as crianças e jovens para o exercício da cidadania.

O cenário político a partir de 2016 com as eleições municipais seguiu outra direção na cidade de Santo André, uma vez que, a política implementada pelo novo governo no município extinguiu a SPM, passando a fazer parte da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, demonstrando que as reivindicações das mulheres não

se constituiu como pauta desta gestão. Assim aconteceu também no governo federal com a extinção da SPM, o que evidencia ainda mais o descaso do governo com as pautas das mulheres.

Com a extinção da SPM do município de Santo André, a Campanha “Quem Ama abraça, fazendo escola” foi interrompida, o que preocupa educadoras(es) envolvidas(os) na ação, pois muitas mulheres continuam sofrendo violência, morrem todos os dias por ataques brutais e não existe mais a rede de proteção, ficando apenas alguns serviços isolados como o “Vem Maria”, que é o Centro de Referência da Mulher. Este Centro, que no dia 20 de abril de 2018 completou 20 anos de sua criação, atende por mês 280 mulheres, algumas pela primeira vez, e outras que retornam para passar por orientação psicossocial da equipe técnica multidisciplinar, que atualmente é formada por apenas uma assistente social e duas psicólogas; esta equipe reduzida certamente não é suficiente para atender a demanda do município. Vale ressaltar que tal equipe já foi composta por 12 profissionais e o número de atendimento chegou a mais de 800 casos por mês em 2015, o que demonstra a defasagem do serviço atualmente.

Hoje, para ser atendida no “Vem Maria”, as mulheres têm de procurar primeiro um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Muitas mulheres desconhecem que existe esta possibilidade, por isso a importância do trabalho em parceria com a educação, pois, através das escolas, estas poderiam ser informadas e orientadas, trabalho este que vinha sendo realizado através da campanha do “Quem Ama Abraça, fazendo escola”.

A mulher que sofre violência doméstica está fragilizada, machucada fisicamente e emocionalmente, e diariamente vai levar seus filhos e filhas para a escola, mesmo com o olho roxo, com o braço quebrado, e a escola, fazendo parte da rede de proteção e de enfrentamento da violência doméstica, poderá orientá-la sobre os demais serviços da rede. Porém, com as novas políticas públicas, a educação não é mais envolvida neste trabalho, o que é uma perda considerável, pois as mulheres dificilmente irão até o CRAS para solicitar ajuda.

O cenário nacional político de 2019, configurado a partir das eleições de 2018, pelo qual o país está passando, dá indícios de que estas ações de enfrentamento da violência doméstica não serão pautas do atual governo, que tem se mostrado insensível às necessidades das mulheres e de toda uma população mais vulnerável deste país.

SILVA, M. R. P.; FONSECA, M.; SCHIFINO, R. S. Teacher Training and the Fighting of Domestic Violence: the program “Quem ama abraça” in the municipal network of Santo Andre/SP. Educação em Revista, Marília, v. 20, p. 35-50, 2019, Edição Especial.

**ABSTRACT:** The article presents the experience of Santo André/SP's municipality with the training teachers for gender issues, as part of strategy for combat the domestic violence and femicide. It is based on the assumption that domestic violence phenomenon is the result of a long historical process marked by patriarchy. The work was developed by the Santo André's Women Policies Secretariat with the Education's Secretariat in a partnership, through the adhesion to the campaign *Quem Ama Abraça, fazendo escola*. Among the actions, a university extension course was carried out with training in various equipment for attending to women victims of violence. The theoretical framework included the feminist and gender studies. The results show that, during the campaign period, the Santo André Women's Reference Center registered an increase in the number of women attending, who sought guidance to leave the cycle of violence and / or requested shelter and protective measures. In schools there was more systematic discussions on the subject, in which gender stereotypes and sexist practices have been problematized. Concludes that it is urgent to create at schools spaces for the reflection as a way to confront this violence that hurts and leaves marks on children, youth and adults.

**Keywords:** Teacher training. Femicide. Gender relations.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Femininos*. Florianópolis, SC, v. 9, no. 2, p. 575-585, fev./2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/refl/v9n2/8641.pdf>. Acesso em 18/04/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*, v. 10. Brasília, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, Brasil, 2006.

BRASIL. *Lei 13.104* de 09 de março de 2015. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República, Brasil, 2015.

BRASIL. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. *Atlas da Violência: Femicídio*. Brasília, 2018. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca-e-genero>. Acesso em 05 de maio de 2019.

BRASIL. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. *A Institucionalização das políticas de enfrentamento à violência doméstica no Brasil*. A Lei Maria da Penha: surgimento e repercussões. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/23/a-institucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil>. Acesso em 05 de maio de 2019.

CONCHÃO, Silmara. A experiência da Campanha *Quem Ama Abraça* em Santo André no grande ABC paulista. In: KAMENSKY, Andréa Paula dos Santos Oliveira (org). *Políticas & Direitos: políticas públicas de formação docente em direitos humanos, gênero e diversidade na escola no Brasil (2006-2016)*. São Paulo: Editora Pontocom, 2016, p.164- 209.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, no. 43, p. 11-57, 2014.

ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta*. 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 05 de maio de 2019.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO; MAGNA MATER; INSTITUTO AVON. *Quem Ama Abraça, fazendo escola*. 2011.

SANTO ANDRÉ. *Mulheres de Santo André em Pauta – Perfil Socioeconômico e o Mapa da Violência*. Santo André: Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos; Secretaria de Política para as Mulheres; Departamento de Enfrentamento à Violência contra as mulheres e Equidade de Gênero, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n° 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora, 2000.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, 1998. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_p](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_p). Acesso em 05 de maio de 2019.

---

*Recebido em: 14/05/2019.*

*Aprovado em: 20/07/2019*